



**INFORMATIVO**



**O TUIUTI**

**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE  
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)  
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -  
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

**280 anos da chegada do Brigadeiro José da Silva Pais a Rio Grande -100 anos da entrada do Brasil  
na I GM**

**ANO 2017**

**Maio**

**Nº 218**

## **O DESTACAMENTO BRASILEIRO DA FORÇA ARMADA INTERAMERICANA NA REPÚBLICA DOMINICANA - 1965 - FAIBRÁS -**

**Fontes:**

- História do Exército Brasileiro;
- O Exército na História do Brasil;
- Site Defesanet;
- Site aventurasnahistoria.uol.com.br

Organizado pelo Editor do Informativo

Através do DECRETO Nº 56.308, DE 21 DE MAIO DE 1965, o governo federal criou o Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana - "FAIBRÁS". O Decreto tinha a seguinte redação:

Art. 1º De acôrdo com o Decreto Legislativo nº 38, de 20 de maio de 1965, fica criado o Destacamento Brasileiro da Fôrça Armada Interamericana - "FAIBRÁS" - para integrar Fôrça Interamericana na República Dominicana.

Art. 2º A composição do FAIBRÁS, dentro do valor máximo constante do Decreto Legislativo de que trata o artigo anterior, será fixada em Instruções que serão baixadas ao Estado-Maior das Fôrças Armadas.

Art. 3º O Estado-Maior das Fôrças Armadas fica encarregado do trato de todos os assuntos relativos ao FAIBRÁS, em entendimento com os Ministérios Militares.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO - Paulo Bosísio - Arthur da Costa e Silva - Eduardo Gomes

## EXÉRCITO BRASILEIRO - INSTRUMENTO DE PAZ NA AMÉRICA CENTRAL

A República Dominicana ocupa dois terços da ilha Espanhola, e o Haiti, o terço ocidental restante. Este último e Cuba são separados pelo Canal do Vento. Porto Rico, mais a leste, e Jamaica, a sudoeste, completam as chamadas Grandes Antilhas.

O generalíssimo Rafael Leônidas Trujillo exerceu o poder na República Dominicana de forma ditatorial por 31 anos (1930-1961). O país viveu momentos de dificuldade no governo de Joaquim Balaguer, que acabou renunciando. Juan Bosch, empossado em fevereiro de 1963, foi acusado de permitir infiltração comunista e acabou deposto, substituído por um triunvirato. A agitação política que se seguiu deu lugar ao surgimento de dois grupos, um favorável e outro contrário ao regresso de Bosch.

Os militares aquartelados em San Isidro atacaram a capital (Santo Domingo) em 25 de abril de 1965, onde ativistas comunistas entregavam a populares armas retiradas dos quartéis, organizando comandos para a luta. Houve pilhagens e incêndios – instaurou-se o caos.

O chefe da junta militar, Coronel Pedro Benoit, pediu a intervenção temporária dos Estados Unidos. À tarde, fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram e estabeleceram uma zona de segurança em torno das embaixadas, ao mesmo tempo em que iniciavam a retirada de civis.

A 27 de abril, o Comitê de Paz da OEA ouviu um relato do embaixador dominicano sobre a situação em seu país. Dois dias depois, diante da reação provocada pelo desembarque norte-americano, o Conselho aprovou um pedido de convocação da X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.

Na primeira sessão plenária, estabeleceu-se uma comissão especial, que se deslocou imediatamente para Santo Domingo onde conseguiu a concordância dos dois grupos em assinar a Ata de São Domingos, que ratificava a cessação de fogo e aceitava medidas gerais de segurança, assim como o trabalho da Cruz Vermelha.

A 6 de maio, a X Reunião encontrou uma solução que se transformou numa das mais eficientes providências para debelar a crise dominicana – a criação de uma força que, absorvendo as tropas norte-americanas desembarcadas, haveria de transformá-las “em outra força que não seria de um Estado, nem de um grupo de Estados, mas de um organismo interestatal, como é a OEA”.

Em consequência, solicitou aos governos americanos contingentes terrestres, navais, aéreos ou policiais para constituir a Força Interamericana, estruturada com o objetivo de

“colaborar, dentro de um espírito de imparcialidade democrática, na restauração da normalidade na República Dominicana, na garantia da segurança de seus habitantes, na inviolabilidade dos direitos humanos e no estabelecimento de um clima de paz e de conciliação que permita o funcionamento das instituições democráticas na referida República”.

Coube ao Secretário-Geral da OEA, José Mora, a incumbência de organizar com os comandantes de contingentes um comando unificado para a eficiente e coordenada ação da tropa que deveria tender para a paridade dos contingentes nacionais. Ao Brasil, a X Reunião de Consulta solicitou também que designasse um general para comandar a força.

A 23 de maio, foi assinada em Santo Domingo a Ata da Criação da Força Interamericana, posteriormente denominada Força Interamericana de Paz – FIP – constituída por um comando unificado ou interaliado, que enquadrava os contingentes do Brasil, Costa Rica, Estados Unidos, Honduras, Nicarágua e Paraguai. Para comandá-la foi indicado o General do Exército brasileiro Hugo Panasco Alvim, que assumiu a função no dia 29.

Finalmente, a fim de dar continuidade ao trabalho iniciado pela Comissão Especial e proporcionar diretrizes à Força Interamericana, decidiu a X Reunião de Consulta nomear uma comissão ad hoc, constituída pelos Embaixadores Ilmar Penna Marinho (Brasil), Ellsworth

Bunker (EUA) e Ramón Dueñas (EI Salvador), a qual coube a delicada tarefa de estabelecer negociações com os grupos em litígio.

### **Participação do Brasil.**

Diante do apelo da Organização dos Estados Americanos, através da Reunião de Consulta, o Presidente da República levou o assunto à consideração do Congresso que, pelo Decreto Legislativo nº 38, de 20 de maio de 1965, autorizou o envio de um

“contingente militar das Forças Armadas, que não exceda em valor a um grupamento tático, com elementos de comando, bem como de apoio logístico e de forças aéreas e navais indispensáveis para, na forma da Resolução adotada, em 6 de maio, pela X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, integrar a Força Interamericana na República Dominicana”

onde deveria permanecer pelo tempo que a OEA julgasse

“necessário à normalização da vida institucional daquela República e à restauração do ambiente de paz social e dos direitos humanos, mediante entendimento das facções em litígio e a livre constituição de um governo rigorosamente fiel aos postulados da democracia representativa”.

Definindo a posição de seu governo, dizia o Presidente Humberto Castello Branco, em discurso proferido a 28 de maio de 1965, em Teresina, Piauí:

“Em boa hora tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados, por expressiva maioria de seus membros, compreendeu não somente a obrigação internacional assumida mas também a necessidade de assegurarmos a sobrevivência da democracia naquela República. (...) a uma grande nação como o Brasil assistem também grandes responsabilidades na preservação do Continente, na luta insidiosa e implacável do comunismo que disfarçado sob mil faces tenta subverter as liberdades democráticas. Já não podemos ser indiferentes à sorte de nossos vizinhos, nem cruzar os braços ante a violência das agressões externas por via interna. Cada frente de subversão é ameaça à nossa retaguarda e põe em jogo a liberdade de todos os povos. Hoje ela se abre no Caribe. E ninguém duvida de que se lograsse firmar-se aí, não tardaria em escolher e atacar uma nova vítima”.

Autorizada a participação brasileira, o Decreto nº 56.308, de 21 de maio de 1965, criou o destacamento brasileiro da Força Armada Interamericana – FAIBRÁS – cuja composição foi fixada por instruções baixadas pelo Estado-Maior das Forças Armadas, “encarregado de todos os assuntos relativos ao FAIBRÁS, em entendimento com os ministros militares”.

O 1º Batalhão do Regimento Escola de Infantaria, I/RESI, e uma companhia do Corpo de Fuzileiros Navais passaram a constituir o FAIBRÁS, e seu deslocamento para a República Dominicana, distante mais de 6 mil quilômetros, se fez por via aérea. A FAB, em 22 de maio, transportou 21 homens do destacamento precursor e, logo depois, mais 188. A 26, 27 e 28, aviões da Força Aérea dos Estados Unidos conduziram 922 homens. Assim, sob o comando do Coronel de Infantaria Carlos de Meira Mattos, a 28 de maio, terminava o transporte e concentração do FAIBRÁS com seu armamento e cerca de 30% das viaturas, cujo grosso seguiu pelo navio Custódio de Mello, da Marinha.

O comando da FIP para melhor combinar os meios, organizou a Brigada Latino-Americana, integrada pelo I/RESI e pelo Batalhão Fraternidade, constituído pela companhia de Fuzileiros Navais do Brasil e pelas companhias de infantaria de Honduras e Nicarágua. Mais tarde a companhia do Paraguai viria incorporar-se a esse batalhão. Os comandos da Brigada e do Batalhão Fraternidade foram constituídos com elementos que integravam os quadros do FAIBRÁS.

O Brasil enviou também oficiais do Exército, da Marinha e da Força Aérea para os trabalhos nas seções do estado-maior unificado da FIP assim como uma missão médica, com cirurgias da Marinha e do Exército para atendimento aos civis.

A Comissão Especial do FAIBRÁS, trabalhando junto ao EMFA, atuava de modo objetivo, tomando a tempo as providências necessárias à boa representação de nossas Forças Armadas em missão no exterior.

### **Missão.**

Ajustando-se ao propósito de sua criação, “dentro de um espírito de imparcialidade democrática, colaborar na restauração da normalidade na República Dominicana”, atribuiu-se à FIP a missão de:

- cooperar na restauração da normalidade institucional na República Dominicana;
- manter a segurança dos habitantes e a inviolabilidade dos direitos humanos; e
- estabelecer uma atmosfera de paz e conciliação que permitisse o funcionamento das instituições democráticas.

A missão era coincidente com a diretriz política da comissão ad hoc de embaixadores.

A Força atuava sob a autoridade da Reunião de Consulta que, ao nomear a comissão, deu-lhe poderes para em seu nome traçar “as diretrizes necessárias ao cumprimento efetivo do único objetivo da aludida Força”.

Não há dúvida de que a ideia foi entregar à comissão ad hoc a responsabilidade pelo comportamento político, mas dispondo dos instrumentos e meios necessários para complementar seus esforços nos campos militar, econômico e psicossocial. De fato, além dos embaixadores e da FIP atuavam em Santo Domingo a comissão de direitos humanos, a missão técnica de criminologistas, o grupo de assistentes sociais, a missão médica brasileira, a Voz da OEA e o grupo de economistas.

### **Atuação do FAIBRÁS.**

Organizada com as forças norte-americanas e a Brigada Latino-Americana, passou a FIP a cumprir a sua missão. A estrada principal de suprimentos – EPS -, ligando o porto de Jaina ao aeroporto de San Izidro, cruzava o centro da cidade de Santo Domingo através de um corredor que servia também para separar os combatentes, já que os partidários do Coronel Francisco Caamaño Deno se refugiaram no canto sudeste da capital, na chamada Cidade Nova.

A FIP mantinha-se como verdadeira cunha entre os dois grupos, a fim de evitar o contato entre os seus partidários. Mesmo assim eram frequentes os atritos. Um dos pontos de maior fricção era a área do Palácio Nacional, símbolo do poder. Conseguiu o Secretário-Geral da OEA, José Mora, um acordo entre os litigantes, visando à desmilitarização dessa zona. Dessa delicada missão foi encarregado o batalhão brasileiro. A operação, pela maneira como foi executada, foi considerada “padrão de operação de uma força de paz”. Consistiu em isolar e bloquear a área do Palácio e retirar a tropa do Governo de Reconstrução Nacional que ali se encontrava. O FAIBRÁS, pela rapidez e precisão com que realizou as determinações, conquistou a confiança dos chefes, adquirindo prestígio e respeito.

Enquanto o I/RESI assegurava a neutralização da área do Palácio Nacional, a Companhia de Fuzileiros Navais substituiu a tropa norte-americana, encarregando-se da tranquilidade e segurança do setor oeste da extensa linha em torno da Cidade Nova. Nessas posições, os fuzileiros se mantiveram até o mês de setembro. Estabeleceram postos de controle por onde se processava todo o movimento dos que passavam de um para outro lado da cidade, revistando pessoas e veículos com a finalidade de evitar o tráfico de armas, munições e explosivos. À noite era frequente o desassossego provocado pelos disparos sobre nossas posições.

O clima de ordem criado pela Força de Paz possibilitou à comissão de embaixadores realizar o seu trabalho e conseguir a concordância do nome de Hector Garcia Godoy para a presidência de um governo provisório que deveria preparar o país para as eleições.

Coube ao I/REsI assegurar os atos da posse, que se realizou a 3 de setembro, com enorme massa popular querendo penetrar no Palácio. Nossa tropa, resistindo à pressão e ao alarido, com serenidade e paciência evitou as desordens, estabelecendo um clima de tranquilidade na cerimônia.

No dia seguinte, teve início a retirada das tropas da FIP com suas armas pesadas e a remoção dos sacos de areia, permanecendo apenas sentinelas e postos de controle.

Controlar demonstrações de estudantes, sindicatos e agitadores nas imediações do Palácio passou a ser pesado encargo para o I/REsI, já que era impossível fugir aos choques entre manifestantes e soldados encarregados de manter a ordem.

Só a 15 de outubro nossa tropa completou a retirada, recolhendo-se aos acampamentos nas imediações da cidade. Não obstante, para o governo provisório, a situação continuava difícil e as crises sucediam-se, ora com um, ora com outro dos grupos, ocasionando greves, manifestações populares e banimento de militares e civis. E como ainda não se concretizara em fins de outubro a desmilitarização da zona que fora ocupada pelos caamanistas<sup>1</sup>, decidiu o Presidente Godoy solicitar por intermédio da comissão ad hoc de embaixadores da OEA a colaboração da FIP no sentido de ocupar a Cidade Nova, o que foi feito com rapidez e sem nenhum incidente.

A Praça Independência e a zona de praia ficaram sob a responsabilidade do I/REsI e dos fuzileiros navais, respectivamente. A rapidez e a surpresa foram os fatores do sucesso e permitiram que a praça, considerada reduto sagrado, fosse ocupada sem resistência dos grupos que ali se mantinham.

A presença dos soldados da paz restabeleceu a vida naquele local, com a abertura do comércio, dos bancos e dos lugares de diversão. Não obstante, as agitações não cessavam e as atividades terroristas aumentavam. Na Praça Independência os soldados brasileiros muitas vezes foram obrigados a dissolver distúrbios e seguidamente se defrontavam com manifestações hostis.

O General-de-Exército Hugo Panasco Alvim passou o comando da FIP ao General-de-Divisão Álvaro Alves da Silva Braga a 17 de janeiro de 1966, regressando ao Brasil depois de receber expressiva homenagem da tropa que comandara. Ao novo comandante coube a incumbência de levar a bom termo a nova parte da missão da FIP o que fez com o mesmo brilho de seu antecessor.

O governo provisório, sentindo a dificuldade de normalizar a vida do país, decidiu mandar para o exterior alguns militares radicais dos grupos em litígio, ainda esperançosos de compensações políticas. A situação começou a melhorar. Pôde assim a FIP, em abril, entregar à responsabilidade das Forças Armadas dominicanas o controle e segurança da Santo Domingo, retornando aos seus acampamentos.

Acalmados os espíritos, passou o governo provisório a cuidar das eleições que foram realizadas a 1º de junho, tendo o Presidente Joaquim Balaguer tomado posse a 1º de julho. Terminara a missão da FIP.

## **Regresso.**

As características peculiares à atuação do FAIBRÁS aconselhavam um rodízio das tropas brasileiras depois de certo tempo de permanência na República Dominicana. A substituição do pessoal realizou-se em duas oportunidades, utilizando aviões da FAB.

A 24 de junho a Reunião resolveu fazê-la no prazo máximo de 90 dias, iniciando antes de 1º de julho, dia da posse de Joaquim Balaguer.

---

<sup>1</sup> Adeptos do rebelde dominicano Coronel Francisco Caamano.

A primeira processou-se entre 6 de novembro e 10 de dezembro. Operação em escalões: os mesmos aviões que transportavam os homens do 2º contingente, regressavam trazendo os do 1º, reintegrados em suas unidades de origem, logo que chegavam ao Brasil.

A segunda, do 2º pelo 3º contingente, entre 2 e 17 de maio, forma semelhante.

Mas era preciso prever a retirada da FIP. A eleição de 1º de junho correria normalmente. Por isto, as representações dos países participantes da FIP, apresentaram à X Reunião de Consulta proposta nesse sentido. A 24 de junho, a Reunião resolveu: retirada da FIP, prazo máximo de 90 dias, e iniciar-se antes de 1º de julho, dia da posse do dr. Joaquim Balaguer.

Dando cumprimento à resolução, a Força iniciou a retirada de suas tropas no dia 28, fazendo regressar aos Estados Unidos o 320º Grupo de Artilharia.

O governo brasileiro atribuiu ao Estado-Maior das Forças Armadas a missão de coordenar através da Comissão Especial do FAIBRÁS as medidas para a volta do destacamento. Depois, considerando que a X Reunião de Consulta decidira retirar a FIP em virtude de haverem sido alcançados os objetivos que motivaram sua criação, baixou o Decreto nº 59, de 25 de setembro de 1966, extinguindo o FAIBRÁS a partir de 30 de setembro.

A operação de transporte para o Rio de Janeiro, em aviões da FAB e navios da Marinha processou-se em quatro escalões, de agosto a setembro.

A operação de transporte para o Rio de Janeiro, em aviões da FAB e navios da Marinha processou-se em 4 escalões:

31 de agosto - transporte aéreo 141 homens – CFN;

1º de setembro - navio-transporte *Soares Dutra* - 461 homens - CFN e Ex;

16 de setembro - navio-transporte *Ary Parreira* - 467 homens – Ex; e

20 de setembro - transporte aéreo 27 homens - CFN e Ex.

Retornava o FAIBRÁS ao Brasil depois de cumprir durante quase 16 meses a missão que lhe fora imposta, com algumas baixas. Graças aos revezamentos, mais de 3 mil militares do Exército e do Corpo de Fuzileiros serviram na Força Interamericana de Paz. O soldado brasileiro deu provas de excelente preparação militar, serenidade e disposição para o cumprimento das missões recebidas.



**FAIBRAS** - Conforme o site [aventurasnahistoria.uol.com.br](http://aventurasnahistoria.uol.com.br) (extrato):

Sob a presidência do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o Brasil enviou cerca de 1,3 mil militares para participar, ao lado de tropas dos EUA e de outros países, da invasão da República Dominicana, um pequeno país caribenho que divide a Ilha de Santo Domingo com o miserável Haiti e que em sua história foi governado por um dos mais sórdidos ditadores latino-americanos, Rafael Trujillo. Havia o temor de que o país se transformasse em "uma nova Cuba". A República Dominicana, onde fica a capital mais antiga da América, Santo Domingo, é vizinha da ilha dos irmãos Castro. A invasão foi uma grande inflexão na Política Externa Independente (PEI), que havia caracterizado a diplomacia brasileira nos governos civis de João Goulart e Jânio Quadros. Saía de cena o reforço ao diálogo Sul-Sul com os países mais pobres e a independência em relação às grandes potências, EUA e União Soviética, e entrava o alinhamento automático aos norte-americanos, vistos como líderes na defesa da civilização ocidental contra o comunismo.



A intervenção brasileira na crise dominicana foi um pedido pessoal do presidente Lyndon Johnson, por meio do embaixador Averell Hariman, e definida a partir da boa relação entre o presidente Castelo Branco e o adido militar norte-americano Vernon Walters, que atuaram juntos na Segunda Guerra, quando a Força Expedicionária Brasileira (FEB) participou da luta contra a Alemanha nazista. Castelo aceitou o encargo desde que houvesse aprovação da OEA. Não pôde aceitar, no entanto, outra solicitação: a de que o Brasil participasse da Guerra do Vietnã. O alinhamento automático com os Estados Unidos vinha desde o golpe de 64. Castelo assumiu o governo em abril e um mês depois o Brasil rompeu relações com Cuba. Em junho, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal anulou a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul a Che Guevara, feita por Jânio Quadros. O ideólogo da Escola Superior de Guerra, general Carlos Meira

Mattos, que comandou o destacamento brasileiro na República Dominicana, defendeu, em artigo que publicou pouco antes de morrer, a atuação brasileira.

"A missão de paz cumprida pelas Forças Armadas Brasileiras na República Dominicana pode ser considerada modelar. O país foi pacificado, seu povo teve condições de realizar eleições livres e restabelecer a ordem legal, situação que perdura até hoje, passados quatro decênios", registrou o militar.

O Brasil esperava conseguir ganhos com essa política, que não se confirmaram", diz o professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Tullo Vigevani. O jornalista José Maria Mayrink, que esteve em Santo Domingo um ano após o ataque militar como repórter do Jornal do Brasil, chegou a ver muros pichados com a frase "brasileiros, go home", na reedição da sentença sempre atribuída aos "ianques norte-americanos" em suas intervenções em países latino-americanos.

Os soldados latino-americanos eram comandados pelo coronel Carlos Meira Matos, um dos principais ideólogos do regime militar. O episódio foi o batismo de fogo da Faibras - Força Interamericana do Brasil, que atualmente exerce suas funções no Haiti, o vizinho da República Dominicana. Hoje, no entanto, trata-se de uma delegação da Organização das Nações Unidas (ONU), de caráter pacífico, ao contrário da dos anos 1960, que recebeu críticas de vários países. Imediatamente após a determinação da OEA de que se formasse a força multinacional, o governo uruguaio foi o primeiro a denunciar o que chamou de "uma forma de intervenção armada em um país soberano". Para seu chanceler, Luiz Zaglio, a ação lembrava o período do big stick (grande porrete). A expressão foi criada pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt, para falar dos vizinhos latino-americanos, nos anos 20: "Fale macio, carregue um grande porrete e você irá longe".

Chile, Peru, México, Venezuela e Argentina (para ficar apenas nos países latino-americanos) se mostraram contrários à intervenção na política interna dominicana. Até mesmo a própria OEA, em seu estatuto, condenava a prática de invadir países para impor políticas de terceiros, de acordo com o artigo 15 da Carta da entidade: "Nenhum Estado ou grupo de Estados têm o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro".

Em 15 de junho de 1965, o jornal Folha de S. Paulo noticiou que, no dia anterior, os soldados brasileiros haviam trocado tiros com forças de Francisco Caamaño, os constitucionalistas, como eram conhecidos. O incidente, sem feridos de parte a parte, não teve repercussões, segundo a OEA, e foi qualificado como "violação da cessação de fogo" na linha que as tropas mantinham na Avenida Pasteur, que dividia o setor constitucionalista da zona internacional de segurança, mantida por tropas brasileiras. "Os soldados comuns, os recrutas, eram menosprezados pela população dominicana, e morriam de medo de uma situação de risco real, ao contrário dos fuzileiros navais, esses sim profissionais", afirma o jornalista Mayrink.

O repórter acabou encarregado, depois de voltar da República Dominicana, de avisar à família do cabo brasileiro José Elias Bastos, que vivia no Rio de Janeiro, da morte do rapaz. "Acabei dando a notícia antes do Exército, que enviou um telegrama", afirma Mayrink. "Quando cheguei à casa dele e comecei a perguntar, a família logo desconfiou que havia ocorrido algo grave com o parente." Em sua reportagem sobre a intervenção, o jornalista contou um episódio no qual um soldado brasileiro foi ferido a tiros por jovens de motocicleta, mas sobreviveu. Entrevistado por ele, um motorista de táxi resumiu a relação da população com os brasileiros. "Os dominicanos gostam dos brasileiros porque eles se definem. Eles sorriem para nós quando sorrimos para eles e dão tiros quando damos tiros. Os norte-americanos são mais frios e não reagem, mas depois vêm com tudo em cima da gente", afirmou o motorista.

A vice-cônsul da República Dominicana em São Paulo, Francia Martinez, afirma que todos os soldados estrangeiros, tidos como invasores, eram odiados. "Não tínhamos como diferenciar brasileiros de norte-americanos. Eles usavam fardas iguais", diz ela, que era estudante na Universidade Autônoma de Santo Domingo, um dos focos de revolta. "Perdi muitos amigos. Era um tempo muito difícil, mas todos os jovens levantaram-se contra a ocupação, assim como haviam feito contra a ditadura de Trujillo". Rafael Trujillo, que governou o país com mão de ferro entre 1930 e 1961, foi morto, e em seu lugar assumiu Juan Bosch, um professor com ideais de esquerda, que ficou sete meses no cargo, até ser derrubado por militares, no episódio que levou à intervenção.

Depois do assassinato do ditador dominicano Rafael Trujillo, em 1961, o fundador do Partido Revolucionário Dominicano, Juan Bosch, foi eleito presidente. Ao assumir, em fevereiro de 1963, Bosch iniciou um programa de distribuição de terras e nacionalização de empresas estrangeiras. Sete meses depois, foi derrubado por um golpe de estado liderado pelo general Elias Wessin, líder de um grupo de extrema-direita. Em 24 de abril de 1965, um grupo de militares de esquerda sob a liderança do coronel Francisco Caamaño, que adotou o nome de "constitucionalistas" e defendia a volta de Bosch ao poder, se insurgiu contra o governo, que foi derrubado. Instado por líderes políticos e militares, entre os quais Wessin, Washington preparou uma intervenção na crise dominicana. No dia 28 de abril, começou a Operação Power Pack: fuzileiros navais desembarcaram em Santo Domingo. Em 23 de maio, o Brasil se juntou ao grupo, ao lado de outros países latino-americanos. Os combates entre os partidários de Caamaño e os membros da Força Interamericana de Paz (FIP), além dos integrantes da direita local, se estenderam até 31 de agosto. Em junho, em eleição da qual participaram Joaquín Balaguer, apoiado pelos EUA, e Bosch, Balaguer venceu o pleito e dirigiu o país por 12 anos, sob violenta repressão. A FIP se encerrou em 21 de setembro de 1966.



### **A OPINIÃO DO SITE DEFESANET**

#### **50 Anos da Participação Brasileira (FAIBRAS) na Estabilização da República Dominicana - 1965**

O FAIBRAS iniciou, há 50 anos, sua atuação como força de paz na República Dominicana. Em 1965 e 1966, ao longo de dezesseis meses, mais de 3.000 militares brasileiros cooperaram com outros contingentes americanos para restabelecer a normalidade político-social naquele país caribenho.

Apesar da denominação "Força Armada Interamericana do Brasil" ter por núcleo um substantivo feminino, a sigla que a abrevia passou a ser correntemente usada no gênero masculino – o FAIBRAS.

Com o Decreto nº 56.308, de 21 de maio de 1965, o Congresso Nacional autorizou que o FAIBRAS fosse constituído para integrar a Força Interamericana de Paz (FIP). Além do



comandante – o então Coronel Carlos de Meira Matos – e de seu estado-maior, a Força Brasileira era constituída por um Batalhão do Regimento Escola de Infantaria, o I/R Es I, com 840 homens, e por um grupamento de Fuzileiros Navais do Batalhão Riachuelo, composto de uma Companhia Reforçada, um Pelotão de Polícia e um Grupo de Apoio Logístico, totalizando 270 profissionais. No dia 27 de maio de 1965, o FAIBRAS concluiu sua concentração na capital dominicana, Santo Domingo.



**Ao lado, tropa brasileira embarcada com destino à América Central.**

Uma vez no Caribe, o FAIBRAS cumpriu rigoroso programa de adestramento para complementar a instrução iniciada no Brasil. Em especial, era necessário transmitir conhecimentos a respeito de técnicas e procedimentos que, à época, não eram suficientemente enfatizados pelos programas de instrução do Exército Brasileiro e do Corpo de Fuzileiros Navais. Em particular, foram praticados combate em localidade, operações helitransportadas, operações contra forças irregulares e operações em ambiente de selva e de montanha.

Inicialmente, o contingente brasileiro esteve diretamente subordinado ao Comando da FIP, assim como todos os outros contingentes estrangeiros. Mas essa estrutura foi logo modificada e a FIP passou a enquadrar dois grupamentos de forças: o primeiro, chamado Forças dos EUA na República Dominicana (USFORDOMREP), reunia os efetivos norte-americanos; o segundo, a Brigada Latino-americana, enquadrava todos os outros contingentes. Em razão de o contingente do Brasil ser maior que todos os outros enviados por países latino-americanos, o comando da Brigada Latino-americana coube, cumulativamente, ao Comandante do FAIBRAS.

O comando da FIP foi sucessivamente exercido por dois generais brasileiros, o General de Exército Hugo Panasco Alvim e o General de Exército Álvaro da Silva Braga. Como subcomandantes, a FIP contou com oficiais-generais norte-americanos, o Tenente-General Bruce Palmer Jr e o General de Brigada Robert A. Linvill.

Nos dezesseis meses em que atuou na República Dominicana, o FAIBRAS desenvolveu intensa atividade operacional. Três das várias missões cumpridas têm especial importância: a Operação Palácio Nacional, o isolamento de Ciudad Nueva e, posteriormente, a ocupação desse local.

A Operação Palácio Nacional foi desenvolvida pelo I/R Es I apenas cinco dias após sua chegada à República Dominicana. O Palácio Nacional localizava-se dentro da área controlada pelas forças de Caamaño, no limite da Zona Internacional de Segurança, mas encontrava-se ocupado por cerca de 400 homens de Barreras.

Constituía-se, portanto, em ponto de constante atrito entre as facções e sua posse era disputada em violentos combates noturnos. No entanto, por mediação da OEA, firmou-se um pacto segundo o qual a área do Palácio Nacional seria desmilitarizada e passaria à custódia de tropa brasileira.

O I/R Es I atuou no Palácio Nacional com duas companhias: uma para isolar a área e outra para estabelecer um corredor que conferisse segurança a sua evacuação. Em uma hora, a operação foi concluída com êxito; seu planejamento e sua execução rápida e perfeita transmitiram excelente impressão ao comando norte-americano, que se convencera de que suas forças não poderiam cumprir tal missão sem travar combate, em razão do clima hostil que existia em relação aos EUA na República Dominicana.

A segunda missão – o isolamento de Ciudad Nueva – foi cumprida entre 7 de junho e 3 de setembro de 1965. Iniciou-se com a substituição da 6ª Brigada de Marines pelo FAIBRAS, no limite da Zona Internacional de Segurança, e terminou com o retorno da FIP a seus acampamentos, após a posse do Governo Provisório de Hector Garcia Godoy.

Nesse período, o FAIBRAS, integrando a Brigada Latino-americana, operou incessantemente pontos de controle de trânsito (check-points) nos acessos de Ciudad Nueva e manteve cerrado controle do setor sob sua responsabilidade, o que o levou a envolver-se em combates resultantes de ataques desencadeados pelas forças rebeldes.

A ocupação de Ciudad Nueva, ocorrida em 25 de outubro de 1965, foi realizada pelas Brigada Latino-americana e 1ª Brigada da 82ª Airborne Division, que atuaram simultaneamente em direções convergentes para ocupar pontos-chave da área. Como resultado dessa ação, houve a neutralização dos últimos redutos rebeldes e, finalmente, a desocupação do centro da capital, até então considerado intocável.

Após a ocupação de Ciudad Nueva, procederam-se ações de manutenção da lei e da ordem com o objetivo de consolidar a autoridade do Governo Provisório, aceito por ambas as partes, e, com isso, permitir a normalização da vida nacional, o que haveria de culminar com a realização de eleições livres e democráticas. Nessa fase, prevaleceram ações de patrulha e emprego de tropa para controle de distúrbios gerados por eventuais manifestações públicas.

A cessão do FAIBRAS à OEA reforçou a propensão da política externa brasileira em prestar contribuições mais significativas – com tropa – para o estabelecimento de missões de paz por parte de organismos supranacionais, já que o envio do contingente ao Caribe deu-se antes mesmo que o Batalhão Suez houvesse retornado de sua atuação de dez anos junto à Força de Emergência das Nações Unidas.

Na República Dominicana, os integrantes do FAIBRAS, mais uma vez, deram mostras sobejas do alto grau de profissionalismo e do elevado senso de responsabilidade que marcam os militares de nossas Forças Armadas, além de terem levado, a terras distantes e a povos necessitados, o calor humano que tão bem caracteriza a gente brasileira.



### **Informação relevante a esta Academia do Dr. Rui Santos Vargas, Delegado da FAHIMTB em Lisboa**

Queria dar-lhe conhecimento de que na normal difusão do informativo O Tuiuti, chamámos a atenção da Biblioteca do Exército Português, na sua versão digital, para este informativo.

Pediram-me os números anteriores para disponibilização on-line.

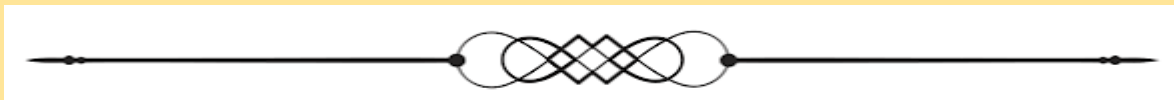
Enviei à Biblioteca do Exército a colecção completa.

Já estão alguns números consultáveis, tal como se pode verificar no link seguinte:

<http://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?session=149484M9Q41Q6.562&menu=search&aspect=subtab13&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=bde&ri=&index=.GW&term=tuiuti&x=0&y=0&aspect=subtab13>

Cumprimentos, Rui Santos Vargas.

Agradecemos, em nome da AHIMTB/RS, ao Dr. Rui, pelo esforço em divulgar o nosso Informativo, agora presente no site da Biblioteca do Exército Português.



**Você sabia?**

**A origem da expressão “Jacobinos” (ou “Jacobinismo”) oriunda da época da Revolução Francesa:**

O Clube Jacobino recebeu este nome pois reunia-se, em sua origem, no Convento de São Tiago, dos dominicanos. Embora a ligação imediata pareça não fazer sentido, o fato é que Tiago em latim é identificado como Jacobus e na adaptação francesa é dito como Saint-Jacques, foi de onde veio o termo Jacobino.



**Você sabia?**

**Conforme William S. Lind – o que foi a Guerra de Primeira Geração:**

A primeira geração da guerra foi guerra de linha e coluna (*line-and-column*), onde as batalhas eram formais e o campo de batalha era ordenado, e que durou, aproximadamente, de 1648 a 1860. A guerra de primeira geração se caracterizava pelo campo de batalha ordenado, e que criou uma cultura militar de ordem.

A maioria das coisas que distinguem o militar do civil (uniformes, continências, graus hierárquicos) foram produtos da primeira geração com a intenção de reforçar a cultura da ordem. Em meados do século XIX, o ordenado campo de batalha começou a se desordenar. Exércitos concentrados, soldados que *queriam* lutar (o objetivo do soldado do século XVIII era desertar), mosquetes raiados, e mais tarde, armas de retrocarga e metralhadoras, tornaram as táticas antigas de linha-e-coluna primeiro obsoletas, e logo suicidas. O problema desde então tem sido uma crescente contradição entre a cultura militar e o aumento da desordem no campo de batalha. A cultura da ordem, que outrora foi coerente com o ambiente no qual operava, tem ficado cada vez mais incoerente com o mesmo.



Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis

[lecaminha@gmail.com](mailto:lecaminha@gmail.com)

Sites:

[www.acadhistoria.com.br](http://www.acadhistoria.com.br)

[www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br)

E do Núcleo de Estudos Estratégicos do CMS:

[www.nee.cms.eb.mil.br](http://www.nee.cms.eb.mil.br)